

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00001

A Prefeitura Municipal de Paragominas através do Decreto nº. Decreto nº. 015/2014 datado de 02 de Janeiro de 2014 e publicado em 06 de Janeiro de 2014, que nomeia Equipe de Pregoeiros e Equipe de Apoio ao Departamento de Licitações. O Prefeito Municipal de Paragominas, torna Público, a quem possa interessar, que na Sala de Reuniões, em sua sede sito na Rua do Contorno, nº 1212 - Centro, nesta cidade, estará realizando o seguinte PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DISPONIBILIZAÇÃO/INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET NO TOTAL DE 70MBPS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014". observando as indicações precisas deste Edital, suas cláusulas e seus anexos:

ABERTURA DO CERTAME: 16 DE JANEIRO DE 2014

HORÁRIO: 09:00h

O certame inicia com o recebimento dos credenciamentos junto com os envelopes propostas e habilitações. Em seguida com abertura das propostas e lances verbais.

CLÁUSULA I: DO ESTATUTO JURÍDICO

1.1 - A licitação em referência será regida pela lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto 3.555 de 08/08/2000 e alterações posteriores, Lei Estadual 6.474 de 06/08/2002 e Lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, que trata da matéria no âmbito da Administração Pública e suas alterações e demais condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, conforme as disposições a seguir

CLÁUSULA II - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1 - Este Pregão Presencial tem por objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DISPONIBILIZAÇÃO/INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET NO TOTAL DE 70MBPS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014" conforme especificações em anexo, que passam a fazer parte integrante deste, independente de transcrição e/ou traslado. Integram o presente edital os documentos abaixo relacionados:

2.2 - ANEXO I - MODELOS

- 2.2.1 Carta de Credenciamento - (art.4º, Inc.VII da Lei nº 10.520/2002)
- 2.2.2 Declaração de que a empresa está de acordo com as cláusulas do edital;
- 2.2.3 Declaração de Enquadramento como Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- 2.2.4 Declaração que cumpre plenamente os requisitos de Habilitação exigidos no Edital;
- 2.2.5 Declaração do Menor;
- 2.2.6 Declaração de Responsabilidade;

2.3 - ANEXO II - DEFINIÇÃO DOS ITENS;

2.4 - PROTOCOLO DE RETIRADA DO EDITAL.

CLÁUSULA III - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

3.1 Para atender as despesas decorrentes da presente Licitação, a PMP valer-se-á de recursos orçamentários, na seguinte funcional programática:

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE:
OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO
- RECURSO: PRÓPRIO



- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: PREVENÇÃO E CONTROLE DE DST E AIDS
- RECURSO: F.M.S
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
- RECURSO: FMS/CAPS C/C: 34852-X
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 Hs
- RECURSO: F.M.S
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- RECURSO: F.M.E
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- RECURSO: C/C.38722-3 – PAIF
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: PROGRAMA DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE
- RECURSO: C/C. 38701-0
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: OPERACIONALIZAÇÃO DA NECRÓPOLE/CEMITÉRIO
- RECURSO: F.M.A.S
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DE ABRIGOS DE CRIANÇAS ADOLESCENTES
- RECURSO: F.M.A.S
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
- RECURSO: PRÓPRIO
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
- RECURSO: FMS
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL
- RECURSO: FPB C/C. 33989-X
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- RECURSO: F.M.E
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- RECURSO: F.M.E







- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DO CADASTRO ÚNICO DOS PROGRAMAS SOCIAIS
- RECURSO: C/C. 38696-0/IGD-PBF
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
- RECURSO: PRÓPRIO
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE URBANISMO
- RECURSO: PRÓPRIO
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTO TURISMO E LAZER
- RECURSO: PRÓPRIO
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
- RECURSO: PRÓPRIO
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO
- RECURSO: PRÓPRIO
- ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA
- SUBELEMENTO: 3.3.90.39.58 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:

4.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Edital;

4.2 Cada licitante apresentar-se-á com, UM REPRESENTANTE LEGAL que, devidamente munido de credencial, sendo o ÚNICO ADMITIDO a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada;

4.3 Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de um Licitante;

4.4 NÃO SERÁ ADMITIDA NESTA LICITAÇÃO a participação de empresas nas seguintes situações:

4.4.1 Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

4.4.2 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública Estadual;

4.4.3 Empresa que mantenha em seu quadro servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como, empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

4.4.4 Possuírem em seu Contrato Social finalidade incompatível com o objeto deste Pregão

4.4.5 Cujos quadros sociais possuam sócios, que integrem quadros sociais de outros licitantes, quer na condição de majoritários ou minoritários.

CLÁUSULA V – DO CREDENCIAMENTO:

5.1 A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo e no conteúdo deste Edital;

5.2 Antes do início da sessão, na parte exterior dos envelopes, os representantes das empresas interessadas em participar do certame DEVERÃO APRESENTAR-SE PARA CREDENCIAMENTO junto ao (a) Pregoeiro devidamente munido com os documentos que os credenciem a participar desta licitação, (exigido pelo inciso IV do art. 11 do Decreto 3.555/2000) que comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame.

5.3 O CREDENCIAMENTO far-se-á com as seguintes exigências:

5.3.1 Em sendo SÓCIO, PROPRIETÁRIO OU DIRIGENTE da empresa proponente deverá apresentar:

5.3.2 Cópia do respectivo ESTATUTO ou CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES ou ainda a CONSOLIDAÇÃO do mesmo, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

5.3.3 Cópia do documento oficial de identidade com foto (RG) ou CNH e CPF DOS SÓCIOS, PROPRIETÁRIO OU DIRIGENTE da empresa proponente;

5.4 Em caso de REPRESENTANTE:

5.4.1 Além das cópias do Estatuto ou Contrato Social e do documento oficial com foto (R.G, CNH) e CPF dos sócios, proprietários ou dirigentes da empresa, deverá apresentar também instrumento PÚBLICO OU PARTICULAR DE PROCURAÇÃO ou CARTA DE CREDENCIAMENTO (Ver modelo no Anexo I) com firma reconhecida, contendo poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome da licitante;

5.4.2 Cópia do documento oficial de identidade: RG ou CNH e CPF do representante;

5.5 DECLARAÇÕES:

5.5.1 DECLARAÇÃO de que o proponente conhece e está de acordo com as cláusulas e condições deste Edital (ORIGINAL);

5.5.2 DECLARAÇÃO de Enquadramento em Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);

5.5.3 DECLARAÇÃO que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital(VER MODELO NO ANEXO I DO EDITAL).

5.5.4 A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos de credenciamento IMPEDIRÁ a participação da licitante na fase de lances verbais.

5.5.5 AS CÓPIAS SIMPLES dos documentos devem ser apresentadas junto com as originais para serem autenticadas por membro da equipe de apoio do Pregão, OU por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas.

5.6 MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

5.6.1 As Empresas Micro e Pequenas Empresas que fizerem uso da Lei 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital de Licitação, ainda que com ressalva;

5.6.2 Nas contratações públicas da união, dos estados e dos municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo á inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente, conforme Art. 47 da Lei nº. 123/2006.

5.6.3 Para que sejam beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/06, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO expedida pela junta comercial do Estado onde fique demonstrada e comprovada a sua atual condição de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme art.8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC.

CLÁUSULA VI – DOS ENVELOPES: PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

6.1 Os envelopes de PROPOSTA DE PREÇOS E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados no edital para abertura deste certame, em envelopes SEPARADOS, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

6.1.1 ENVELOPE Nº. 1: PROPOSTA DE PREÇOS;

6.1.2 ENVELOPE Nº. 2: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.1.3 Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS - DEPTº. DE LICITAÇÕES

✓ PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00001

✓ RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE CNPJ:

ENVELOPE Nº. 01 (PROPOSTA DE PREÇOS)

ENVELOPE Nº. 02 (HABILITAÇÃO)

6.1.4 Prefeitura Municipal não se responsabilizará por envelopes Documentação e Propostas, endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso da Prefeitura, e que, por isso, não cheguem à data e horário previsto no preâmbulo deste instrumento convocatório.

CLAUSULA VII – DA PROPOSTA DE PREÇOS:

7.1 A proposta de preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, redigida com clareza, SEM EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente;

7.2 Contendo na planilha: ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, PREÇO UNITÁRIO DOS SERVIÇOS e valor GLOBAL da proposta, expressos em Reais, em algarismo até DUAS CASAS DECIMAIS E POR EXTENSO de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

7.3 Nos preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais devem estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital;

7.4 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título;

7.5 O prazo de validade: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

7.6 Na apresentação das propostas não serão aceitos serviços em discordância com as características definidas em edital.

7.7 A não apresentação das propostas conforme itens 7.1 e 7.2 poderá ocasionar a desclassificação das empresas.

7.8 SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS com base no art. 48, incisos I e II da Lei 8.666/93:

7.8.1 Quando apresentarem preços excessivos ou com valor global superior ao limite estabelecido, ou com preços manifestadamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes aos de mercado e que os coeficientes de produtividades são compatíveis com a execução do objeto;

7.8.2 Não atenderem as exigências deste edital;

7.8.3 Consideram-se manifestadamente inexeqüíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a (70% setenta por cento) do valor orçado pela Administração;

7.8.4 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 08 dias úteis para apresentação de nova documentação e/ou outras propostas, livre das causas referidas na condição anterior;

7.8.5 Serão **DECLASSIFICADAS** as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestadamente inexeqüíveis.

CLÁUSULA VIII – DA SESSÃO DO PREGÃO:

8.1 A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será pública e dirigida pelo Pregoeiro, na data, horário e local e nos termos determinados neste Edital;

8.2 Os envelopes deverão ser entregues, com os documentos de credenciamento (conforme Cláusula VI do Edital);

8.3 Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes;

8.4 Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos participantes que o desejarem. O Pregoeiro verificará a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, desclassificando, preliminarmente, aquelas:

8.4.1 Em desacordo com o Edital;

8.4.2 Com preços excessivos, manifestadamente superiores ao valor de mercado;

8.4.3 Com preços manifestadamente inexeqüíveis.

8.4.4 Concluída a fase de lance, o(a) Pregoeiro(a) a examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto a compatibilidade de preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exeqüibilidade, bem como ao cumprimento das especificações do objeto, decidindo motivadamente a respeito;



CLÁUSULA IX – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

9.1 Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**;

9.2 Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o Pregoeiro classificará o licitante autor da proposta de menor preço do certame, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo 11 do Decreto nº. 3.555/2000;

9.3 Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo Decreto.

- 9.4 O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão;
- 9.5 Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação;
- 9.6 Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores;
- 9.7 A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas;
- 9.8 Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do item e o respectivo valor estimado para os serviços, objeto deste Ato Convocatório;
- 9.9 O(a) Pregoeiro(a) com vistas a redução do preço, poderá negociar com o autor da oferta de menor valor;
- 9.10 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, exclusivamente pelo critério de menor preço, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito;
- 9.11 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus anexos, será declarado pelo(a) Pregoeiro(a) o licitante vencedor, este por sua vez deverá apresentar ao(a) Pregoeiro(a), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o encerramento deste pregão, a proposta escrita de preços contemplando o lance final ofertado;
- 9.12 Sendo aceitável a proposta de menor preço será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante vencedor;
- 9.13 Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou o seu autor não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto;
- 9.14 NÃO PODERÁ HAVER DESISTÊNCIA DOS LANCES OFERTADOS, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;
- 9.15 Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e licitantes presentes;
- 9.16 A manifestação da intenção de interpor recursos será feita ao final da sessão, com registro em Ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de três dias úteis;
- 9.17 O recurso contra a decisão do(a) Pregoeiro (a) terá efeito suspensivo;
- 9.18 Não será motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem aquelas que possam lesar os direitos dos demais licitantes.

CLÁUSULA X – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

10.1 As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, com vigência plena até a data fixada para abertura dos envelopes de documentação. Poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo

de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor membro da equipe de Apoio do Pregão, exceto as certidões emitidas via internet que deverão ser originais;

10.2 Os documentos requeridos para análise na fase de habilitação deverão ser entregues em ORDEM na FORMA ENCADERNADA/GRAMPEADA, de acordo com os itens e subitens deste Edital.

10.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.3.1 Documentação dos Sócios ou diretores (Cópias do R.G e CPF);

10.3.2 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

10.3.3 Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhadas de documento de eleição de seus administradores;

10.3.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de provas da diretoria em exercício;

10.3.5 Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA:

10.4.1 Prova de que a empresa possui atestado fornecido por pessoa Jurídica de Direito público ou privado, que tenha executado o fornecimento dos produtos com características do Objeto da Licitação, em papel timbrado e com ASSINATURA DEVIDAMENTE RECONHECIDA EM CARTÓRIO.

10.4.2 Deverá comprovar banda disponível por meio de documentos legais (fatura ou contrato) e licenciamento/certificação de regularidade junto a ANATEL.

10.5 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.5.1 BALANÇO PATRIMONIAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, apresentado na forma da Lei, e demonstração de índice de liquidez que deverá ser IGUAL OU SUPERIOR A 01 (UM), calculado e demonstrado pela fórmula: $ILC=AC/PC$, ONDE: ILC: ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE; AC: ATIVO CIRCULANTE; PC: PASSIVO CIRCULANTE, assinado, carimbado pelo contador REGISTRADO PELA JUNTA COMERCIAL;

10.5.2 BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período;

10.5.3 Serão considerados aceitos na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados;

10.5.4 Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/1976 (sociedade anônima):

- a) Publicada em Diário Oficial ou publicado em jornal de grande circulação ou por fotocópia registrada;
- b) Autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

10.5.5 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- a) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

10.5.6 Sociedade criada no exercício em curso:

a) Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

10.5.7 O balanço ou as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

10.5.8 As empresas obrigadas a utilizar a ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL a partir de 1º de Janeiro de 2008 terão a obrigatoriedade de apresentar seu Balanço Contábil até Junho do ano seguinte do ano-calendário a que se refira a escrituração (Instrução Normativa 787 de 19 de Outubro de 2007), apresentando documentação que comprove tal situação (documento contábil de enquadramento).

10.5.9 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da empresa (EMISSÃO COM DATA ATÉ 06 MESES ANTERIOR A DATA DA ABERTURA DO CERTAME). Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuem prazo de validade, SOMENTE SERÃO ACEITOS COM A DATA NÃO EXCEDENTE A 30 (TRINTA) DIAS DE ANTECEDÊNCIA da data prevista para apresentação das propostas, exceto a certidão de falência e concordata, ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA e certidão emitida pela junta comercial;

10.5.10 Prova de que a empresa possui Capital Social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global ganho em licitação totalmente integralizado;

10.5.11 As empresas micro e pequenas, estão dispensadas da apresentação do balanço na forma da lei, devendo apresentar apenas o demonstrativo Financeiro.

10.6 HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

10.6.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.6.2 FICHA DE INSCRIÇÃO CADASTRAL ESTADUAL (FIC);

10.6.3 ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO do domicílio ou sede do licitante e pertinente ao seu ramo de atividade, conforme for o caso;

10.7 COMPROVANTE DE REGULARIDADE:

10.7.1 FAZENDA (FEDERAL): Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

10.7.2 ESTADUAL: Certidões Negativas de Natureza Tributária e Não Tributária;

10.7.3 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS domicílio ou sede do licitante e se possuir Filial ou desempenhar atividades no Município de Paragominas/PA;

10.7.4 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS - INSS;

10.7.5 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO JUNTO AO FGTS, comprovando a regularidade da empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

10.7.6 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (caso a empresa tenha filiais, os documentos apresentados com relação a CNDT (certidão negativa de débitos trabalhistas) deverão ser apresentados de todas as filiais, bem como da matriz, CONF. ART. 642-A DA CLT, ACRESCENTANDO



PELA LEI Nº 12.440 DE 07/07/2011, E NA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1470/2011 DO TST DE 24/08/2011.

10.7.7 As empresas que apresentarem as certidões de regularidades com dívida deverão apresentar juntamente com as mesmas comprovantes de pagamento regularizados (03 últimos pagamentos) caso haja, exceto a Certidão Negativa de Débito Municipal que deve estar REGULAR.

10.8 DECLARAÇÕES:

10.8.1 As licitantes deverão apresentar ainda a declaração de que a firma não possui em seu QUADRO PERMANENTE MENORES, conforme Art. 7 Inciso XXXIII da constituição Federal/88, redação dada pelo artigo 1º da emenda constitucional nº. 20/98. XXXIII - Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Art. 27, da lei 8.666/93. (ORIGINAL) (VER MODELO NO ANEXO I DO EDITAL);

10.8.2 As licitantes deverão apresentar declaração que a empresa assume integral responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar a essa Prefeitura, a terceiros, por si, representantes ou sucessores (VER MODELO NO ANEXO I DO EDITAL).

10.9 SOB PENA DE INABILITAÇÃO, TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA HABILITAÇÃO DEVERÃO ESTAR:

10.9.1 Em nome da licitante, e preferencialmente com número do CNPJ e com endereço respectivo;

10.9.2 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

10.9.3 Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

10.9.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou das filiais) da licitante;

10.9.5 Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes, matriz e filiais, com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.9.6 Os documentos mencionados acima NÃO PODERÃO ser substituídos por qualquer tipo de protocolo;

10.9.7 Os documentos DEVEM ser apresentados em ORIGINAL, CÓPIAS SIMPLES acompanhadas das originais para serem autenticadas pela equipe do Pregão ou por qualquer processo de CÓPIA AUTENTICADA por tabelião de notas. (art. 32 – lei 8.666/93);

10.9.8 Todas as CERTIDÕES EMITIDAS VIA INTERNET DEVERÃO ser ORIGINAIS;

10.9.9 Os envelopes com documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, como parte integrantes do processo;

10.9.10 Para efeito deste item considera-se vencida a fase de habilitação com a divulgação de seu resultado;

CLÁUSULA XI – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1 Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidades, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Paragominas;

11.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no § 1º do Art. 12 do Decreto nº. 3.555/2000. Demais informações poderão ser

obtidas na Prefeitura Municipal de Paragominas situada à Av. do Contorno, 1212, Centro, Paragominas/PA, no horário de 08hs às 11:50h e 14h às 17:50h;

11.3 Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, os esclarecimentos ou providências solicitados que determinem alterações no Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

CLÁUSULA XII – DOS RECURSOS

12.1 No final da sessão, depois de declarado o vencedor do PREGÃO, qualquer licitante credenciado poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, devendo desde logo expor suas razões em ata; quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para juntar memorial e razões do recurso por escrito, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. As manifestações recursais deverão ser encaminhadas em original ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Paragominas para o seu devido registro;

12.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, durante a sessão, importará na decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pelo (a) Pregoeiro(a) ao vencedor;

12.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

12.4 O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo;

12.5 Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor;

12.6 Quando o licitante se ausentar antes do termino da Ata e da sessão, entregará ao Pregoeiro uma declaração de desistência, informando estar ciente das conseqüências deste ato, uma vez que preclui o direito de recorrer quando ausente a manifestação em ata.

CLÁUSULA XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

13.1 Inexistindo manifestação recursal, caberá ao Pregoeiro a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor do certame, com a posterior homologação do resultado pelo Prefeito Municipal de Paragominas;

13.2 Adjudicado o objeto ao vencedor do certame, poderá o Pregoeiro negociar diretamente com o adjudicatário, buscando obter um melhor preço;

13.3 Ocorrendo recursos, resolvidos os mesmos, caberá ao Prefeito Municipal de Paragominas a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, seguindo competente homologação do resultado;

13.4 Depois de declarado como vencedor, o licitante quando convocado terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis à comparecer a sede da Prefeitura Municipal de Paragominas, localizada à Rua do Contorno nº 1212 – Centro, para assinatura do contrato;

13.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura Municipal de Paragominas;

13.6 A recusa injustificável do licitante vencedor em assinar o contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Ato Convocatório.

13.7 A proposta vencedora SÓ SERÁ ADJUDICADA/HOMOLOGADA quando a empresa vencedora apresentar ao Pregoeiro a PROPOSTA FINAL, no prazo de 48 horas. Caso não cumpra esse período será automaticamente desclassificada, sendo convocada a empresa com oferta subsequente.

CLÁUSULA XIV - DO CONTRATO:

14.1 A empresa vencedora quando convocada terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para assinatura do contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8666/93. No momento da assinatura do contrato, a empresa deverá estar com todos os documentos fiscais válidos. A minuta do Contrato estará à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Paragominas;

14.2 O prazo do referido contrato será até 31 de dezembro de 2014.

14.3 O referido Contrato poderá ser prorrogado, nos casos previstos nos parágrafos 1º e/ou 2º do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

14.4 As obrigações decorrentes da licitação constarão de contrato bilateral, no qual serão discriminadas as condições estabelecidas neste edital e na proposta da vencedora.

14.5 A assinatura do Contrato será efetivada após aprovação e homologação do resultado desta Licitação, pelo Prefeito Municipal de Paragominas;

14.6 FARÃO PARTE INTEGRANTE DO CONTRATO:

14.6.1 Os itens constantes no presente Edital;

14.6.2 O presente Edital;

14.6.3 Proposta Comercial e orçamento discriminado;

14.7 Em caso de inexecução total ou parcial do contratado independente da rescisão, será iniciado ou instruído pela Prefeitura Municipal de Paragominas, processo de inidoneidade da contratada para licitar, contratar ou subcontratar com o Município.

14.8 No caso de atraso dos serviços, no andamento previsto na proposta e na conclusão da mesma, a contratada estará sujeita à penalidades seguinte:

14.8.1 Advertência por escrito;

14.8.2 1% (um por cento) do valor global por cada dia de atraso dos serviços;

14.8.3 10% (dez por cento) do valor global do contrato quando houver rescisão por inadimplemento da contratada, sem prejuízo da penalidade prevista no item anterior.

14.9 A recusa ou o retardamento na assinatura do contrato será penalizada com multa de 20% do valor da licitação.

14.10 As multas pecuniárias referidas nesta cláusula deverão ser colocadas à disposição da Prefeitura Municipal de Paragominas, através da sua Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da ciência do contratado, da aplicação da penalidade, sob pena de, inclusive, ficar impedido de participar de licitações processadas pela referida Prefeitura.

14.11 Para eventuais serviços não previstos ou extracontratuais, os preços unitários serão fixados mediante acordo entre as partes.

14.12 O licitante que se recusar ou deixar de assinar o Contrato dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados da convocação realizada pela Administração, ficará sujeito às penalidades previstas em Lei.



CLÁUSULA XV – DAS PENALIDADES:

15.1 Os licitantes, participantes deste certame, que cometerem os delitos mencionados no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, estarão sujeitos às penalidades neles previstas;

15.2 As multas serão calculadas em 1% (um por cento) sobre o valor total da fatura, por dia em que, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras cominações legais.

CLÁUSULA XVI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1 O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará o Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:

16.1.1 Advertência;

16.1.2 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Paragominas por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

16.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração por prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

16.2 Fica facultada a defesa prévia da Licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato;

16.3 As sanções poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Licitante, devidamente comprovadas perante a Prefeitura Municipal de Paragominas.

CLÁUSULA XVII – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE PAGAMENTO:

17.1 DOS SERVIÇOS:

17.2 LINK DE ACESSO A INTERNET DEDICADO : 49 MBPS

17.2.1 Executar os serviços dentro dos padrões que serão estabelecidos pela Coordenadoria de Informática da Prefeitura Municipal de Paragominas, no que tange a distribuição e qualidade de operacionalização do link de acesso a internet. Conforme as especificações Técnicas abaixo:

17.2.2 Internet LINK DEDICADO, com fornecimento dos equipamentos necessários para conexão, como router, modem e qualquer outro que seja necessário para disponibilização do serviço;

17.2.3 Gerenciamento e atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana;

17.2.4 Endereços de Ips fixos, 04 (quatro) no mínimo;

17.2.5 Suporte técnico com atendimento 0800;

17.2.6 Acesso de transferência de dados ilimitados;

17.2.7 Taxa de transferência de Mbits/segundo (100% dedicado), sem limite de tráfego mensal e sem compartilhamento de banda no backbone. Além disso, deverá instalar e configurar o roteador de acesso a rede;

17.2.7 A empresa contratada deverá fornecer toda infraestrutura necessária para a disponibilização da

conexão do link dedicado até o rack principal localizado na sala de servidores de rede da CPD, incluindo cabos roteador gerenciado pela contratada;

17.2.8 A empresa proponente deverá oferecer garantia de nível de serviço, assegurando disponibilidade mínima anual de acesso de 99,6% e tempo máximo de resolução para problemas críticos de até 12 horas;

17.2.9 A empresa contratada deverá fornecer 4 números de Ips fixos, no mínimo, para a contratante, todos válidos e sem qualquer tipo de filtro ou bloqueio;

17.2.10 A conexão oferecida não deve sofrer qualquer tipo de filtragem, bloqueio, traffic shaping ou qualquer outra prática, que prejudique o desempenho do acesso ou comprometa a confidencialidade dos dados circulantes pela mesma;

17.2.11 O link dedicado deverá ser fornecido por meio físico: (cabo), sem impacto de ruídos e interferências;

17.2.12 Suporte a VPN;

17.2.13 Sem limites de conexões e seções simultâneas.

17.3 LINK DE ACESSO A INTERNET NÃO DEDICADO: 21 MBPS

17.3.1 Gerenciamento e atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana;

17.3.2 endereços de Ips fixos se solicitado;

17.3.3 Suporte Técnico;

17.3.4 Acesso e transferência de dados ilimitados;

17.3.5 Taxa de transferência em Mbits/segundo, sem limite de tráfego mensal. Além disso, deverá instalar e configurar o roteador de acesso a rede;

17.3.6 A empresa contratada deverá fornecer toda infraestrutura necessária para a disponibilização da conexão do link até o ponto de acesso, incluindo cabos, roteador, configurações e o que se fizer necessário para o funcionamento;

17.3.7 A empresa proponente deverá oferecer garantia de nível de serviço, assegurando estabilidade na comunicação;

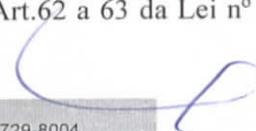
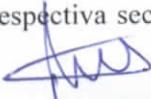
17.3.8 A conexão oferecida não deve sofrer qualquer tipo de filtragem, bloqueio traffic shaping ou qualquer outra prática que prejudique o desempenho do acesso ou comprometa a confidencialidade dos dados circulantes pela mesma;

17.3.9 O link deverá ser fornecido por meio físico: cabo ou por meio de enlace de rádio (Rádio/Roteador);

17.3.10 Sem limites de conexão e seções simultâneas.

17.4 DO PAGAMENTO:

17.4.1 FORMA DE PAGAMENTO: Havendo disponibilidade de recursos financeiros a contratante deverá efetuar os pagamentos do serviço prestado, mensalmente, mediante a apresentação das Notas fiscais, as quais deverão conter a quantidade de MBPS, bem como mencionar o número do contrato, e conter o atesto de recebimento pelo servidor que representa a respectiva secretaria, conforme preceitua o Art.62 a 63 da Lei nº 4.320/64;



17.4.2 A contratada fica ciente de que deverá apresentar á contratante, em todos os meses, comprovante de pagamento do FGTS e INSS, incidentes sobre a folha de pagamento de seus funcionários, antes de receber o valor pelos serviços prestados;

17.4.3 A contratante fica autorizada a reter o pagamento referente aos serviços prestrados até que a contratada apresente os comprovantes de pagamento do FGTS e INSS referente aos empregados e empregador, incidentes sobre o mês anterior;

17.4.4 A recusa da contratada em recolher os encargos acima citados autoriza a rescisão unilateral do presente contrato, bem como, retenção dos valores devidos a título de encargos e impostos, e a contratada não terá direito a qualquer tipo de indenização, ficando ainda sujeita às penalidades previstas na Lei 8.666/93;

17.4.2 O valor dos serviços inclui e comporta todos os custos necessários, para a execução dos serviços;

17.2.3 No caso do licitante sagrar-se vencedor do processo, o mesmo deverá possuir conta bancária corrente junto a qualquer Instituição de Crédito dentro do país. Não se permitirá, portanto, outra forma de pagamento que não seja a de crédito em conta, o que vem cumprir as Normativas do Decreto da Presidência da República 6.170 de 25 de Julho de 2007;

CLÁUSULA XVIII – FISCALIZAÇÃO:

18.1 A contratante fiscalizará a execução dos serviços da contratada a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as cláusulas do contrato;

18.2 Com relação à qualidade, será aprovada pela Comissão instituída pela Secretaria de Administração e caso não esteja nos padrões exigidos para consumo, os serviços serão interrompidos;

18.3 Não obstante seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços objeto deste contrato, a contratante através de comissão especialmente designada pelas Secretarias Municipais fiscalizará a execução do contrato sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade;

18.4 Ficam nomeados através da Portaria nº. 010/2013 de 24 de abril de 2013, publicada em 26 de abril de 2013, para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos no que se refere a: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS , cuja Prefeitura Municipal de Paragominas se apresenta como contratante e conforme indicação das Secretarias Municipais de Administração e Finanças; Educação, Cultura, Turismo, Desporto e Lazer; Meio Ambiente; Urbanismo, Agricultura, Industria e comercio; Infraestrutura, Planejamento e Desenvolvimento; Assistência Social; Governo e Assuntos Jurídicos, determinam a partir desta data os servidores: CLÁUDIA ALESSANDRA DE JESUS PIRES (RG 2793283-SSP/PA) (Secretaria de Administração e Finanças) (fiscalizar a execução dos contratos da Secretaria de Administração e Finanças) OCEANIDES JOSÉ MOURÃO SANTA BRÍGIDA (CREA 5482 DPA) e JORGE LUIZ M. RAMOS (CREA 10.564 DPA) - Secretaria Municipal de Infraestrutura; ZULENE DE CARVALHO AMORIM (RG. 1467572-SSP/PA) - Secretaria Municipal de Assistência Social, CLARISSE PINHEIRO CORREA RG. 3077039/SSP-PA e CLARISSE LIRA NOGUEIRA RG. 1455148/SSP-PA (contratos referentes a compras diversas e serviços comuns)- Secretaria Municipal de Educação; MARIA AUGUSTA DA SILVA (RG 1591353-SSP/GO) - Secretaria Municipal de Urbanismo; ADRIANA SOUZA SILVA (RG 4474260-SSP-PA)- Secretaria Municipal de Governo FLÁVIO DOS SANTOS GARAJAU (RG.3452807-PC/PA) - Secretaria Municipal de Saúde, MARLEM DIAS FERREIRA (RG.3589303-SSP/PA) – Central de Abastecimento KEILA MARIA SANTOS LIMA (RG. 1778789-PC/PA); Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos; MARCIO DO SOCORRO DA SILVA (RG 2478447-SSP/PA) – Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Turismo e Lazer; MAX ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA (RG: 1780808-PC/PA) - Secretaria Municipal de Meio Ambiente; VILMAR CARVALHO COUTINHO (RG:1446347) – Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comercio, devendo, portanto, o setor competente promover anotações em registro próprio contendo as ocorrências relacionadas a execução dos contratos, sempre buscando a regularização das falhas detectadas, exigindo assim o fiel cumprimento do objeto contratual.

CLÁUSULA XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

19.2 Das reuniões de abertura e julgamento da PROPOSTA E HABILITAÇÃO, lavrar-se-ão atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da comissão e licitantes presentes;

19.3 No interesse da administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

19.3.1 Adiada a data da abertura desta licitação;

19.3.2 Alteradas as condições do edital, com fixação do novo prazo para sua realização.

19.4 A Prefeitura Municipal de Paragominas poderá anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público decorrente de fato superveniente, dando ciência aos interessados desta decisão;

19.5 A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irretroatável das normas do edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

19.6 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveriam constar no ato da sessão pública.

19.7 A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Paragominas, reparando às suas custas os mesmos, durante a execução do contrato, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Prefeitura Municipal de Paragominas;

19.8 Após a fase de lances verbais haverá um prazo de 48 horas para apresentação da nova proposta de preços, em seguida a homologação, assinatura de contratos e fornecimento dos serviços;

19.9 Fica eleito o Foro da Paragominas, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas relativas a este Edital, ou questões judiciais do futuro contrato.

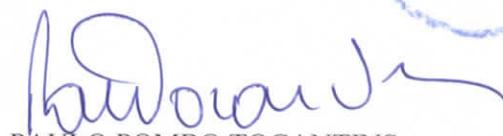
CLÁUSULA XX – DOS CASOS OMISSOS:

20.1 Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo Pregoeiro, observados os preceitos de direito público e as disposições das leis que regem a matéria.

Paragominas-Pa, 06 de Janeiro de 2014.



GERSEMI PEREIRA DE OLIVEIRA
PREGOEIRO



PAULO POMBO TOCANTINS
PREFEITO MUNICIPAL



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00001
ANEXO I
MODELOS DE DECLARAÇÕES

CARTA DE CREDENCIAMENTO
(Em papel timbrado da empresa)
Local e data

AO
Pregoeiro
Ref. PREGÃO - Nº 9/2014-00001

Pela presente, fica credenciado o Sr(a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, identidade nº _____, expedida por _____, para representar esta Empresa (nome) _____ e CNPJ) _____ no Pregão acima referido, a quem se outorga poderes para rubricar propostas dos demais concorrentes, assinar atas e documentos, receber notificação, tomar ciência de decisões, acordar, transigir, enfim, praticar todo e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no procedimento de coleta de preços em referência.

Carimbo CNPJ
Assinatura do responsável pela empresa



Nome da empresa com assinatura da(s) pessoa(s) que credenciar (em) o Representante (com firmas reconhecidas)

Observação Importante: A carta escrita no modelo acima deverá ser entregue fora dos envelopes relacionados no Edital, juntamente com uma cópia autenticada do Contrato Social, Instrumento de Procuração que comprove a legitimidade de poderes da pessoa que tiver assinado o credenciamento. Entregar, juntamente com a carta de credenciamento, a cópia simples da cédula de identidade do representante designado.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00001
ANEXO I
MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ESTÁ DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS DO EDITAL
(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Ref.PREGÃO – Nº 9/2014-00001

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ por intermédio do seu representante legal, o sr.(a) _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA, para fins de que a empresa está de acordo com as cláusulas do Edital.
CIDADE/UF, DD de MMMM DE 201__



Carimbo do CNPJ/MF da empresa
Assinatura do responsável da empresa

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE
(Em papel timbrado da empresa)

Ao
Pregoeiro
Ref. PREGÃO - Nº 9/2014-00001

Objeto: _____ (Objeto da licitação).

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, estabelecida à Rua _____ nº. _____, DECLARA para os fins previstos no edital da licitação supra mencionada que é qualificada como _____ (microempresa e/ou empresa de pequeno porte), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e, portanto assume integral responsabilidade pelas informações contidas no presente documento.

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me.

Cidade/UF, DD de MMMM de 201__.

Carimbo CNPJ
Assinatura do responsável pela empresa

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00001
ANEXO I
MODELOS DE DECLARAÇÕES

MODELO DE DECLARAÇÃO-(art.4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002)
DECLARAÇÃO QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(Em papel timbrado da empresa)

AO

Pregoeiro

Ref. PREGÃO - Nº 9/2014-00001

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e do inciso V, do artigo 10, do Lei Estadual 6.474 de 06/08/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

Cidade/UF, DD de MMMM de 201__.

Carimbo CNPJ

Assinatura do responsável pela empresa

MODELO DE DECLARAÇÃO-(art.7º, inciso XXXIII da CF)
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO A MENORES
(Em papel timbrado da empresa)

Declaramos para os devidos fins que a nossa empresa, em consonância com o mandamento constitucional contido no inciso XXXIII, artigo 7º, não concede trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Cidade/UF, DD de MMMM de 201__.

Carimbo CNPJ

Assinatura do responsável pela empresa



DECLARAÇÃO DE INTEGRAL RESPONSABILIDADE POR DANOS OU PREJUÍZOS
(Em papel timbrado da empresa)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que assume integral responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar a PMP, a terceiros, por si, representantes ou sucessores.

Cidade/UF, DD de MMMM de 201__.

Carimbo CNPJ

Assinatura do responsável pela empresa

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00001
ANEXO II
DEFINIÇÃO DOS ITENS

OBJETO

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DISPONIBILIZAÇÃO/INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET NO TOTAL DE 70MBPS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014”

ANEXO II



PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO

SECRETARIA DE GOVERNO		
LOCAL	QUANTIDADE DE MBPS	LOCAL DE INSTALAÇÃO
ITERPA - INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ	01 MBPS NÃO DEDICADO	RUA HERMES DA FONSECA Nº 338 - ANGELIM
JSM - JUNTA DE SERVIÇO MILITAR	01 MBPS NÃO DEDICADO	PRAÇA CELIO MIRANDA - S/N - CENTRO
UMAMP	01 MBPS NÃO DEDICADO	RUA NOEMIO DIAS Nº 133 - PARQUE DAS AMÉRICAS
CORPO DE BOMBEIROS	01 MBPS NÃO DEDICADO	RUA NITEROI S/N - JARDIM BELA VISTA
TOTAL	04 MBPS	
SECRETARIA DE SAÚDE		
LOCAL	QUANTIDADE DE MBPS	LOCAL DE INSTALAÇÃO
CTA - CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO	01 MBPS NÃO DEDICADO	RUA SÃO MARCOS, S/N - CAMBOATÃ II
CAPS	01 MBPS NÃO DEDICADO	RUA AGENOR ALVES S/N - PROMISSÃO I
UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	04 MBPS NÃO DEDICADO	RUA MESTRITE S/N - URAIM II
SECRETARIA DE SAÚDE	12 MBPS 100% DEDICADO	RUA VITÓRIA DA CONQUISTA Nº 75 - CENTRO
SEMS - FARMÁCIA POPULAR	01 MBPS 100% DEDICADO	RUA BACABAL Nº 175 - CIDADE NOVA
TOTAL	19 MBPS	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
LOCAL	QUANTIDADE DE MBPS	LOCAL DE INSTALAÇÃO
ALMOXARIFADO	02 MBPS NÃO DEDICADO	RUA PROJETADA - SETOR INDUSTRIAL,
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	08 MBPS 100% DEDICADO	RUA GUIMARÃES ROSA S/N - PROMISSÃO II
CASA DO PROFESSOR	04 MBPS 100% DEDICADO	RUA MARABÁ, S/N - CIDADE NOVA
TOTAL	14 MBPS	
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		
LOCAL	QUANTIDADE DE MBPS	LOCAL DE INSTALAÇÃO
CRAS JADERLANDIA	01 MBPS NÃO DEDICADO	RUA AYMORES, 380 - JADERLANDIA
CRAS CAMBOATÃ	01 MBPS NÃO DEDICADO	RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO, S/N - CAMBOATÃ II
CREAS ANTIDROGAS	01 MBPS NÃO DEDICADO	RUA ESTADO DE SÃO PAULO, 81 - CENTRO
NECRÓPOLES	01 MBPS NÃO DEDICADO	AV. PORTO ALEGRE, S/N - JARDIM ATLÂNTICO (CEMITÉRIO)
ABRIGO INST. CRIANÇA E ADOLESCENTE	01 MBPS NÃO DEDICADO	AV. ARGENTINA Nº 35 - GUANABARA
CADASTRO ÚNICO	06 MBPS 100% DEDICADO	PRAÇA CLEODOVAL GONÇALVES S/N Qd.01 Lt.01
TOTAL	11 MBPS	

SEMMA		
LOCAL	QUANTIDADE DE MBPS	LOCAL DE INSTALAÇÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	04 MBPS NÃO DEDICADO	POLO MOVELEIRO S/N JK
TOTAL	04 MBPS	

SEMAFI		
LOCAL	QUANTIDADE DE MBPS	LOCAL DE INSTALAÇÃO
SEMAFI	06 MBPS 100% DEDICADO	AV. DO CONTORNO N° 1212 - CENTRO
SEMUR	02 MBPS 100% DEDICADO	AV. DO CONTORNO N° 1212 - CENTRO
SECULT	05 MBPS 100% DEDICADO	AV. DO CONTORNO N° 1212 - CENTRO
SEMINFRA	04 MBPS 100% DEDICADO	AV. DO CONTORNO N° 1212 - CENTRO
SEMAGRI	01 MBPS 100% DEDICADO	RUA COSTA E SILVA N° 242 - CENTRO
TOTAL	18 MBPS	

Paragominas-Pa, 06 de Janeiro de 2014.




GERSEMI PEREIRA DE OLIVEIRA
PREGOEIRO



PAULO POMBO TOCANTINS
PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00001

- PROTOCOLO DE RETIRADA DE EDITAL -

OBJETO

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DISPONIBILIZAÇÃO/INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET NO TOTAL DE 70MBPS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014”

ABERTURA DO CERTAME: 16 DE JANEIRO DE 2014

HORÁRIO: 09:00h

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paragominas.
(Av. do Contorno, 1212, Centro, Paragominas-PA)



Paragominas/PA, em ___ de _____ de _____.

MBO COM O CNPJ E NOME DA EMPRESA:

() _____

() _____

Responsável:

l:



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00001

- PROTOCOLO DE DIVULGAÇÃO DE EDITAL -

OBJETO

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DISPONIBILIZAÇÃO/INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET NO TOTAL DE 70MBPS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014”

ABERTURA DO CERTAME: 16 DE JANEIRO DE 2014

HORÁRIO: 09:00h

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paragominas
(Av. do Contorno, 1212, Centro, Paragominas-PA)



Paragominas/PA, em ___ de _____ de _____.

MBO COM O CNPJ E NOME DA EMPRESA:

() _____

() _____

Responsável:

l:

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 9/2014-00001
MINUTA DE CONTRATO



CONTRATO N.º. XXX/20xx.

Contrato Administrativo para “_____”, que entre si celebram de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS, e do outro a firma _____, como abaixo se declara:

Pelo Presente Contrato Administrativo, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS, devidamente inscrita no CNPJ/MF n.º. 05.193.057/0001-78, com sede na Rua do Contorno, n.º. 1212 - centro, neste ato representada por seu Prefeito o Sr. _____, brasileiro, casado, residente e domiciliado na _____, portador do CIC/MF n.º. ____-____ e Carteira de Identidade _____ - SSP/____, neste ato denominado Contratante, e do outro, a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º. ____/____-____, Inscrição Estadual n.º. _____ e Inscrição Municipal n.º. _____, situada na _____, Cep: _____, representada pelo Sr.º. _____, brasileiro, portador do RG n.º. _____ - SSP/____ e CPF n.º. ____-____-____, residente e domiciliado a _____, Cep: ____-____, denominado para este ato Contratado têm justos e acordados o que melhor se declara, nas cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

1.1 - Este Contrato tem por fundamento, _____ de xx de xxxx de 20xx, devidamente homologado em xx de xxxx de 20xx, pelo Exm.º. Sr. Prefeito Municipal de Paragominas.

CLÁUSULA II – LEGISLAÇÃO:

2.1 - As Cláusulas e condições deste Contrato moldam se às disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores a qual contratante e contratado estão sujeitos.

CLÁUSULA III - DO OBJETO:

3.1 - Este contrato tem por objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DISPONIBILIZAÇÃO/INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET NO TOTAL DE 70MBPS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014”

CLÁUSULA IV - DOS VALORES DOS SERVIÇOS:

4.1 - Os serviços acima mencionados, objeto deste instrumento, perfazem o valor global estimado de R\$ 0.000,00 (xxxxx)

CLÁUSULA V - MODALIDADE DE PAGAMENTO:

- 5.1 - O pagamento será _____, sendo que as notas fiscais, devem ser atestadas pela xxxxx
5.2 - O valor do produto inclui e comporta todos os custos necessários.
5.3 – Reserva-se à Prefeitura de Paragominas, o direito de descontar de faturas quaisquer débitos da contratada em consequência de penalidades aplicadas.

CLÁUSULA VI - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

6.1 - A vigência do referido contrato, assim como o prazo de sua execução será de XX DE XXXX DE 20XX a

XX DE XXXX DE 20XX, podendo ser prorrogado, nos casos previstos nos parágrafos 1º e/ou 2º do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VII - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

7.1 - O valor acordado será pago pela Contratante à Contratada, através da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Exercício 20__

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE:
OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO
- RECURSO: PRÓPRIO

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: PREVENÇÃO E
CONTROLE DE DST E AIDS
- RECURSO: F.M.S

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DO
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
- RECURSO: FMS/CAPS C/C: 34852-X

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: UNIDADE DE
PRONTO ATENDIMENTO 24 Hs
- RECURSO: F.M.S

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- RECURSO: F.M.E

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA
- RECURSO: C/C. 22-3 – PAIF

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: PROGRAMA DE
ATENÇÃO AO USUÁRIO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTES
- RECURSO: C/C. 38701-0

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE:
OPERACIONALIZAÇÃO DA NECRÓPOLE/CEMITÉRIO
- RECURSO: F.M.A.S

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DE
ABRIGOS DE CRIANÇAS ADOLESCENTES
- RECURSO: F.M.A.S

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE:
OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
- RECURSO: PRÓPRIO

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE:
OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
- RECURSO: FMS

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL
- RECURSO: FPB C/C. 33989-X

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- RECURSO: F.M.E

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- RECURSO: F.M.E

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DO CADASTRO ÚNICO DOS PROGRAMAS SOCIAIS
- RECURSO: C/C. 38696-0/IGD-PBF

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
- RECURSO: PRÓPRIO

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE URBANISMO
- RECURSO: PRÓPRIO

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTO E LAZER
- RECURSO: PRÓPRIO

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
- RECURSO: PRÓPRIO

- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO
- RECURSO: PRÓPRIO

- ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA
- SUBELEMENTO: 3.3.90.39.58 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

CLÁUSULA VIII – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1 - A execução dos serviços será xxxxxx.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA:

9.1 - XXXXXXXX.

CLÁUSULA X - RESPONSABILIDADE:

10.1 A CONTRATADA é responsável direta e exclusivamente, pelo fornecimento dos serviços de boa qualidade, respondendo diretamente pelos danos que, por si seus prepostos empregados ou subcontratados, por dolo ou culpa, causar à Prefeitura Municipal de Paragominas, ao patrimônio público ou a terceiros, não sendo elidida essa responsabilidade pela fiscalização e o acompanhamento dos serviços pela Prefeitura Municipal.

10.2 O Contratado deverá possuir conta bancária corrente junto a qualquer Instituição de Crédito dentro do país de acordo com o Decreto da Presidência da República nº. 6.170 de 25 de Julho de 2007;

CLÁUSULA XI - FISCALIZAÇÃO:

11.1 A CONTRATANTE fiscalizará os materiais da CONTRATADA a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as cláusulas do CONTRATO.

11.2 Com relação à qualidade será aprovada pela Comissão instituída pela SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

11.3 Não obstante seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços objeto deste CONTRATO, a CONTRATANTE através de comissão especialmente designada pelas SECRETARIAS MUNICIPAIS, sem de qualquer forma restringir a plenitude desta responsabilidade.

11.4 Ficam nomeados através da Portaria nº. XXX/20XX de XX de XXXX de 20XX, publicada em XX de XXXX de 20XX, para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos no que se refere a: Prestação de Serviços Comuns, cuja Prefeitura Municipal de Paragominas se apresenta como contratante e conforme indicação das Secretarias Municipais de Administração e Finanças; Educação, Cultura, Turismo, Desporto e Lazer; Meio Ambiente; Urbanismo, Agricultura, Indústria e comércio; Infraestrutura, Planejamento e Desenvolvimento; Assistência Social; Governo e Assuntos Jurídicos, determinam a partir desta data os servidores: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (RG XXXXXX) (Coordenadoria de Suprimentos e Almoarifado)- fiscalizar a execução dos contratos da Secretaria de Administração e Finanças; XXXXXXXXXXXX (RG XXXXXX) e XXXXXXXXXXXX9RGXXXXXXXXXX) - Secretaria Municipal de Infraestrutura; XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (RG XXXXXX) Secretaria Municipal de Assistência Social; XXXXXXXXXXXX (RG XXXXXX e XXXXXXXXXXXX (RG XXXXXX) Municipal de Educação; XXXXXXXXXXXX(RG XXXXXXXXXXXX) Secretaria Municipal de Urbanismo; XXXXXXXXXXXX(RG XXXXXX)- Secretaria Municipal de Governo; XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (RG XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) Secretaria Municipal de Saúde e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (RG XXXXXX) - Central de Abastecimento - Saúde, XXXXXXXXXXXX (RG XXXXXX) Secretaria Municipal De Assuntos Jurídicos; XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX(RG: XXXXXX)- Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer;XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (RG: XXXXXX)- Secretaria Municipal de Meio Ambiente; XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (RG: XXXXXX) - Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, devendo, portanto, o setor competente promover anotações em registro próprio contendo as ocorrências relacionadas a execução dos contratos, sempre buscando a regularização das falhas detectadas, exigindo assim o fiel cumprimento do objeto contratual.

CLÁUSULA XII – PENALIDADES:

12.1- Em caso de inexecução total ou parcial do contrato independente da rescisão, será iniciado ou instruído pela Prefeitura Municipal de Paragominas, processo de inidoneidade da contratada para licitar, contratar ou subcontratar com o Município.

12.2- No caso de atraso no início do serviço, no andamento previsto na proposta e na conclusão do mesmo, a contratada estará sujeita à penalidades seguinte:

- a) - Advertência por escrito;
- b) - Multa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato, por dia de atraso no início e conclusão dos serviços;
- c) - 20% (vinte por cento) do valor global do contrato quando houver rescisão por inadimplemento da contratada sem prejuízo da penalidade prevista no item anterior.
- d) - suspensão temporária do direito de licitar, contratar ou subcontratar com a Prefeitura Municipal de Paragominas.

12.3 - A recusa ou retardamento na assinatura do contrato será penalizada com multa de 20% (vinte por cento) do valor da licitação.

12.4 - As multas pecuniárias referidas nesta cláusula deverão ser colocadas à disposição da Prefeitura Municipal de Paragominas, através da sua Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da ciência do contratado, da aplicação da penalidade, sob pena de, inclusive, ficar impedido de participar de licitações processadas pela referida Prefeitura.



CLÁUSULA XIII - DA RESCISÃO:

Este contrato poderá ser rescindido, nos seguintes casos:

- 13.1 - Unilateralmente, pela contratante, nos casos enumerados no inciso I, do art. 79, da Lei nº. 8.666/93;
- 13.2- Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência à Administração;
- 13.3 - Judicialmente, nos termos da Legislação Processual.

CLÁUSULA XIV- DO FORO:

14.1 - Para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou condições decorrentes deste Contrato Administrativo fica eleito, pelos contratantes, o Foro da Comarca de Paragominas-Pa, com a renúncia de qualquer outro, especial, privilegiado ou de eleição, que tenham ou venham a ter.

CLÁUSULA XV - REGISTRO E PUBLICAÇÃO:

15.1 - Este contrato será publicado e encaminhado para registro no Tribunal de Contas dos Municípios.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que sejam produzidos os efeitos legais e pretendidos.

Paragominas-Pa, xx de xxxx de 20xx.



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
PREFEITO MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas: 1. _____

2. _____